

**NEGRA, POBRE E CAMPONESA:
a Educação do Campo na Universidade Federal do Recôncavo
da Bahia enquanto parte institucional da política de Ação
Afirmativa**

Ana Paula Inacio Diório¹
Maricleide Pereira de Lima Mendes²

Resumo

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) nasceu da luta histórica do povo do campo por Educação. Nascida e criada por nossa gente, a Federal do Recôncavo pode ser considerada a maior Política Pública de Ação Afirmativa no âmbito da Educação conquistada nesse Território de Identidade nas últimas duas décadas. Enquanto uma universidade majoritariamente negra, feminina, pobre e camponesa a UFRB também pode ser considerada uma grande Política de Educação do Campo. Nesse artigo iremos refletir sobre como as territorialidades camponesas do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) da UFRB demarcam a importância desse curso no bojo nas Ações Afirmativas que compõe a política institucional dessa universidade.

Palavras-chave: Política pública; UFRB; Ações afirmativas

**BLACK, POOR AND PEASANT:
Peasant Education at the Universidade Federal do Recôncavo
da Bahia as an institutional part of the affirmative action
policy**

Abstract

The Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) was created from the historical struggle of peasants people for education. Founded by our people, the UFRB can be considered the largest public affirmative action policy of education achieved in this identity territory in the last two decades. Although a mostly black, female, poor and peasant university, UFRB can also be considered a great peasant education policy. In this article we will reflect on how the peasant territorialities of the Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) at UFRB demarcate the importance of this course within the affirmative actions that make up the institutional policy of this university.

Keywords: Public policy; UFRB; Affirmative Actions

Resumen

¹ Doutora em Ciências. Professora Adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

² Doutora em Ensino Ciências. Professora Adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

La Universidad Federal de Recôncavo da Bahia (UFRB) nació de la lucha histórica de la población rural por la Educación. Nacido y creado por nuestro pueblo, el UFRB puede ser considerado la mayor política pública de acción afirmativa en el campo de la educación lograda en este territorio de identidad en las últimas dos décadas. Como universidad mayoritariamente negra, femenina, pobre y campesina, la UFRB también puede ser considerada una gran Política de Educación Rural. En este artículo reflexionaremos sobre cómo las territorialidades campesinas de la Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) de la UFRB delimitan la importancia de esta carrera dentro de las Acciones Afirmativas que configuran la política institucional de esta universidad.

Palabras clave: Política pública; UFRB; Acciones afirmativas

INTRODUÇÃO

Um lugar poderia ser definido estritamente por sua geografia caso quiséssemos reduzir toda sua história ao espaço geográfico. O território do Recôncavo da Bahia pode ser apenas um lugar que margeia a Baía de Todos os Santos, cujo principal rio que o corta é o Paraguaçu, mas, quando olhamos pelas lentes dos povos do campo, esse território ganha identidade e passa a ser caracterizado pela ampla diversidade cultural, sua economia em torno da sociobiodiversidade com um rico patrimônio histórico oriundo de um passado de lutas pela liberdade e contra o sistema escravista, intensas atividades religiosas e culturais de Matriz Africana e exuberantes belezas naturais.

E esse território que tem em sua marca a luta pela Independência do Brasil e, portanto, da classe trabalhadora e dos povos do campo, que nasceu a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia: a maior Política Pública de Educação, nesse e para esse território, para aqueles que lutaram pela sua implantação depois de longos anos de espera dos seus ancestrais que haviam iniciado toda essa história.

A UFRB foi criada pela Lei nº 11.151 de 29 de julho de 2005, na esteira das ações governamentais que tinham como objetivo a expansão e interiorização do Ensino Público Superior. Implantada no Recôncavo da Bahia, com sede e dois *campi* na cidade de Cruz das Almas (BA) e mais os

Centros de Ensino instalados nos municípios de Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Cachoeira, Feira de Santana e Santo Amaro.

Por ser *multicampi*, a UFRB representa a possibilidade de inclusão social e da promoção do desenvolvimento territorial do interior do Estado, sobretudo nos Territórios de Identidade do Recôncavo da Bahia, Vale do Jiquiriçá e Portal do Sertão.

No bojo dessa revolução educacional, outros projetos que comungam desse ideal de liberdade e de humanização dos povos se somou ao projeto da UFRB, como o Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) – Área Ciências da Natureza ou Matemática, *campus* de Feira de Santana – que, ao longo de seus dez anos de atividade, tem demarcado a importância de Ações Afirmativas que compõe a política institucional desta Universidade.

A LEdoC é um movimento por uma Educação libertadora que visa à formação de educadores para atuarem em escolas do campo e nos espaços não escolares como as associações, os sindicatos, grupos produtivos da agricultura familiar e movimentos sociais a partir da realidade e contradições e disputas do território camponês entre o projeto hegemônico do agronegócio e a defesa da vida. É uma demanda apresentada pelos movimentos sociais do campo como possibilidade pensar o desenvolvimento territorial agrário a partir da valorização cultural no espaço da escola do campo em sua plenitude, contrapondo a visão de que a Educação e as escolas do campo estão apartadas e descontextualizadas da disputa de projetos para o campo brasileiro (Caldart, 2019).

A Educação do Campo requer um pensamento reflexivo que relacione teoria e prática de forma indissociável, ou seja, a práxis desde os saberes e fazeres no território camponês em luta pela reforma agrária, pelo modelo de produção pautado na agroecologia e na agricultura de base familiar às questões que articulem os saberes acadêmicos aos problemas sociais enfrentados pelo modo de produção capitalista, pelo racismo, pelo machismo, pelo sexismo e pelo patriarcado à militância e, conseqüentemente, à conquista de Políticas Públicas.

A UFRB é um exemplo dessa conquista a partir da luta dos povos por acesso à Educação desde o chão que pisa. Dados da pesquisa publicada em 2019 pelo Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos

Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) sobre o “Perfil dos Estudantes de Graduação da UFRB” revelou que 83,4% dos nossos estudantes são autodeclarados negros, mais de 50% são mulheres e 79,6% são do interior do Estado da Bahia, indicadores que nos apontam para uma das universidades mais negra do país. Não apenas por sua localização geográfica em um território majoritariamente negro, mas pela universidade ter nascido do devir negro das Políticas de Ações Afirmativas que fazem parte de um projeto de universidade pautado na excelência acadêmica pela via da inclusão, do acesso, da permanência e pós-permanência, do desenvolvimento territorial através do Ensino, da Pesquisa, da Extensão e das Ações Afirmativas.

Para Gomes (2001) as Ações Afirmativas, se baseiam no fundamento de que há uma dívida histórica com relação a grupos historicamente oprimidos e, por isso, as Políticas Públicas devem estar voltadas para a reparação das desigualdades. A partir desse princípio, temos como objetivo desse trabalho refletir como a LEdoC se insere na UFRB no bojo da política de Ação Afirmativa, pois possui justificativas na reparação histórica, na justiça social e na diversidade dos povos do campo.

Para tal reflexão, organizamos o estudo da seguinte forma: além da Introdução, incluem-se duas seções e as Considerações Finais. Na primeira seção, trazemos a perspectiva da UFRB enquanto Política Afirmativa de Educação no campo baiano, destacando a origem da UFRB, manifestando os trilhos da criação desta universidade desde a luta dos povos do Recôncavo. Na segunda seção, abordamos questões que apresentam a Educação do Campo que é semeada pela UFRB nos Territórios de Identidade da Bahia, desde sua materialidade de origem à sua territorialidade. E, por conseguinte, as considerações que o estudo obteve.

A UFRB ENQUANTO POLÍTICA AFIRMATIVA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO BAIANO

No ano que a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) completa a sua maioridade, nós não celebramos apenas seu aniversário de 18 anos, mas a conquista resultante das lutas populares por aquilo que acreditamos ser a maior Política Pública já implantada no Território de

Identidade do Recôncavo, no qual desde a luta pela Independência do Brasil na Bahia (1822-1823) já se demarcava a força e a coragem dos sujeitos do campo, sobretudo negros e indígenas, em suas reivindicações por mudanças e participações sociais.

A luta pela independência nunca esteve desatrelada da luta pela Educação, as ações dos diversos sujeitos sociais do Recôncavo ecoavam na campanha pela Independência do Brasil desde a Vila de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro por meio de um papel estratégico ao realizar, em 14 de junho de 1822 uma sessão na sua Câmara de Vereadores na qual – além da aprovação da implantação de "um centro único de Poder Executivo no Brasil, a ser exercido pelo Príncipe Regente, segundo as regras prescritas em uma liberal Constituição – aprovou que fosse fundada, o quanto antes, uma universidade (Tavares, 2023).

Apesar da importância que a luta pela independência teve para todo país, a conquista da universidade no território do Recôncavo só foi concretizada mais de 180 anos depois, em um momento político e econômico propício no país, que permitiu o desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) para a criação da UFRB, em 2005, impulsionada pelo Projeto de Expansão e Interiorização em curso e, mais tarde em 2007, pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

A criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia nasceu da mobilização popular, da reivindicação dos povos desse território, em sua maioria negros e negras, das comunidades camponesas, dos assentamentos, quilombolas e dos sujeitos do campo em busca do direito constitucional básico que é o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade através da democratização do Ensino Superior na Bahia.

E, portanto, foi no bojo da luta por direitos, por justiça social e racial, que o projeto da UFRB foi engendrado e materializado em 29 de julho de 2005, pela Lei nº. 11.151, por conta dessa raiz, cuja Universidade nasce do povo, para o povo e com o povo que ela tem em sua materialidade de origem a primeira Pró-Reitoria de Ações e Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) do Brasil, concebida com a missão "de articular, formular e implementar políticas e práticas de democratização [...] focadas

no ingresso, permanência e pós-permanência estudantil no ensino superior.” (UFRB, 2019, p. 13-14), demarcando o protagonismo das Ações Afirmativas na UFRB em um território composto majoritariamente por estudantes negros(as) e pobres.

Com a Administração Central localizada no município de Cruz das Almas, a 146 quilômetros da capital Salvador, no antigo prédio da Escola de Agronomia da Universidade Federal Bahia, foi uma universidade criada a partir de um modelo *multicampi* e organizada, em sete centros Centros de Ensino, quatro destes localizados em municípios do Território de Identidade do Recôncavo: Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) e Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC), situados em Cruz das Almas; Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), situado em Cachoeira; Centro de Ciências da Saúde (CCS), situado em Santo Antônio de Jesus e, posteriormente foram implantados o Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), em Santo Amaro da Purificação. Já no Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá, o Centro de Formação de Professores (CFP), na cidade de Amargosa e no Território de Identidade do Portal do Sertão, no semiárido baiano, o Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), no município de Feira de Santana.

Ao adentrar em três Territórios de Identidade da Bahia, a UFRB abre possibilidades de organização de outras perspectivas pedagógicas do e no Ensino Superior, visto que, pautada nas Ações Afirmativas, essa universidade verdadeiramente interiorizada precisa avançar no debate da permanência e da pós-permanência para além dos auxílios e da política de cotas. É preciso articular o debate para o reconhecimento e acolhimento das identidades, a valorização das diferenças, a afiliação dos discentes ao projeto institucional de formação da comunidade acadêmica por meio de políticas de combate ao racismo, à homofobia, ao sexismo e à dicotomia campo-cidade e compreendam a dinâmica sócio territorial e cultural dos sujeitos (Trindade, 2023).

Nesse sentido, uma universidade composta majoritariamente por estudantes negros e oriundos da classe trabalhado do campo precisa lidar e dirimir as tensões internas e externas promovidas quando esses corpos

adentram o espaço acadêmico e promover um ambiente verdadeiramente acolhedor e pautado em uma política institucional cujo Ensino, a Pesquisa, a Extensão e as Ações Afirmativas estejam pautados de forma indissociável e contribuam para o acesso, permanência e transformação do perfil dos estudantes de graduação e de pós-graduação das universidades federais brasileiras.

A UFRB hoje é composta por estudantes de graduação provenientes de 520 cidades, distribuídas em 25 unidades federativas do Brasil. Do total, 93,2% são da região Nordeste, 92% da Bahia e 79,6% do interior do Estado; 62,9% são dos Territórios de Identidade: Recôncavo (36,3%), Vale do Jiquiriçá (13,7%) e Portal do Sertão (9%). Com 83,4% autodeclarados negros e 82% oriundos de famílias com renda total de até um salário-mínimo e meio. A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia cumpriu seu papel de interiorização do Ensino Superior, do desenvolvimento territorial e do enegrecimento dos bancos acadêmicos.

Enquanto uma universidade de excelência, o projeto da UFRB tem sua gênese comprometida com a valorização da diversidade e a luta contra todas as formas de violência e de discriminação, essa marca foi impressa na composição do corpo discente e dos servidores (técnicos e docentes); nos territórios que se inserem e nas variadas iniciativas pedagógicas transformadoras desenvolvidas por essa comunidade acadêmica ao longo de seus 18 anos de existência. E mesmo diante das contradições e resistências que se apresentam intra ou extramuros, caminhando no sentido da defesa desta ideia de universidade. Portanto, não podemos nos furtar das reflexões críticas no que diz respeito à “trajetória da nossa instituição, identificar obstáculos, limites e desafios para que a UFRB continue engajada na luta pela ampliação da presença negra na Educação Superior, no enfrentamento de todas as formas de violência epistêmica, da qual o racismo é uma das expressões” (CONCEIÇÃO, 2023, p. 126).

A partir de sua materialidade de origem e perfil dos estudantes de graduação, as Políticas de Ações Afirmativas ganham centralidade e corpo desde a criação dessa universidade que já nasceu pautada naquilo que poderíamos aproximar a afroperspectivista defendida por Nogueira (2012), o qual nos propõe um exercício filosófico de denegrir a Educação.

Nesse movimento, é preciso dar sentidos à pluriversalidade da Educação e levar em conta que ela é atravessada por diversas tensões visto que as instituições de ensino são pautadas por uma ideia de acesso universal enquanto um direito, todavia é necessário praticar o respeito à diversidade das culturas e das narrativas em seus fazeres e documentos acadêmicos, de modo que as epistemologias do conhecimento reflitam nos currículos (Nogueira, 2012).

Sendo assim, entendemos que a universidade territorialmente referenciada pode promover uma transformação social desde que seu projeto educacional busque desenvolver consciência de raça, classe e equidade de gênero com a finalidade de instituir a hegemonia da classe trabalhadora, ou seja, daqueles e daquelas que a compõe para os (as quais esse projeto esteja voltado, portanto, para a práxis, para ação-reflexão-ação (Bulhosa; Silva; Diório, 2021).

É a partir desse lugar que a Educação do Campo se insere na UFRB e que a defendemos como parte do projeto institucional e da Política de Ação Afirmativa, visto que, assim com essa universidade, os estudantes da Educação do Campo são majoritariamente mulheres negras e do campo e, por isso, os cursos de Educação do Campo coadunam com a missão dessa universidade, além de aprofundar a reflexão acerca dos projetos pedagógicos que dialogam com a realidade territorial onde a UFRB está inserida quando praticam a Pedagogia da Alternância e desvelam a capilaridade e a dimensão da Federal do Recôncavo por todo Estado da Bahia.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO SEMEADA PELA UFRB NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO ESTADO DA BAHIA

A Educação do Campo (EdoC) só adentrou as universidades brasileiras a partir das lutas dos movimentos sociais que a elevaram à pauta fundante para pensar o projeto de educação nesse país e transformá-la em Política Pública a fim de garantir a formação específica para os sujeitos do campo.

Entendemos Educação do Campo não como modalidade de ensino, mas como proposta político-pedagógica que deve perpassar por todos os

níveis da formação escolar, na perspectiva de formar indivíduos a partir das realidades territoriais e socioculturais que os humanizam. Considerar a reprodução da vida no território camponês dos sujeitos perpassa por respeitar as especificidades culturais e sócio-históricas como direito social de formação integral, o qual está para além da escola, mas insere todo o modo de vida dos povos do campo.

Para Caldart (2019), a concepção de Educação do Campo que fundamenta a EdoC tem a sua base em três raízes: luta dos sujeitos coletivos, agricultura camponesa e concepção de Educação com finalidades emancipatórias. Partindo dessas raízes, consideramos que a Educação do Campo tem o objetivo de pensar o sujeito do campo em sua totalidade, sendo a primeira a formação humana e a segunda a matriz formativa, a saber: o trabalho, a luta social, a organização coletiva, a cultura e a história, todas devem estar articuladas. Ao ser institucionalizada a Educação do Campo, criaram-se identidades diversas e isso não a limita, mas a amplia para novos territórios e territorialidades.

Nessa perspectiva, a Educação do Campo expressa uma nova concepção quanto ao campo, ao camponês, ao trabalhador rural. Essa nova concepção vem em contraponto à visão de "camponês" e de "rural" como sinônimos de "atrasado" e "arcaico", passando a valorizar os conhecimentos da prática social dos camponeses, enfatizando o campo como lugar de trabalho, de moradia, de sociabilidade, de identidade, de lazer, enfim, como lugar de construto de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável (Fernandes, 2004).

Apesar de a UFRB ter três cursos de Educação do Campo institucionalizados: a Licenciatura em Educação do Campo, Área Ciências Agrárias no Centro de Formação de Professores (CFP) em Amargosa, o curso de Tecnólogo em Alimentos e a Licenciatura em Educação do Campo, Áreas de Conhecimento no Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS) em Feira de Santana, nesse estudo vamos nos reportar apenas ao último, o qual trataremos pela sigla de LEdoC.

Os cursos de Licenciatura em Educação do Campo, enquanto fruto da luta dos movimentos sociais, foram institucionalizados pelo Programa de Apoio a Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), através do Ministério da Educação (MEC), por intermédio da

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI).__
Esse programa teve o objetivo de implementar nas Instituições Públicas de Educação Superior os cursos de Licenciatura em Educação do Campo para a formação de professores a fim de atuarem nos Anos Finais da Educação Básica nas escolas do campo, considerando as diretrizes político-pedagógicas formuladas em consonância com a Resolução CNE/CEB Nº 1, de 3 de abril de 2002, e em observância com a Resolução/CD/FNDE nº.6, de 17 de março de 2009. Considerando os editais de 2008, 2009 e 2012, houve a consolidação de uma política de formação inicial de professores em 42 Universidades e Institutos Federais com mais de 600 vagas para a contratação de professores para os referidos cursos (BRASIL, 2014).

Em 2013, a partir do edital do PROCAMPO, Edital nº 2 de 5 de setembro de 2012, foi implementado na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), em Feira de Santana, o Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Áreas do conhecimento Ciências da Natureza ou Matemática – o qual iniciou suas atividades em novembro do mesmo ano com ingresso da primeira turma, através de Vestibular Especial que ocorreu no mês de setembro anterior (Diório; Velloso, 2015).

Ao contribuir com as condições da institucionalização da Educação do Campo, a UFRB reafirma seu propósito de intermediar o diálogo entre a diversidade camponesa e as Ações Afirmativas, e a intervir nos processos de elaboração das políticas de desenvolvimento agrário na Bahia e no Brasil. Convém lembrar que a constituição dos cursos de graduação na LEdoC na UFRB vem corroborar o cumprimento do seu papel na formação crítica dos sujeitos que compõem os territórios que a Universidade está inserida e para representar a ampliação das oportunidades de acesso ao Ensino Superior no Brasil, particularmente no Estado da Bahia, propiciando a formação de educadores do campo e reafirmando seu lugar enquanto uma universidade interiorizada.

Essa formação corporifica ações coletivas de resistência ao projeto hegemônico em curso e reivindica os direitos que foram historicamente negados à classe trabalhadora do campo e, podemos dizer também, da cidade, expondo o conflito nas relações que constituem os territórios no e do campo. Fernandes (2006) pressupõe que existe uma articulação entre

Educação do Campo e território e que esta sustenta-se na compreensão de que educação e trabalho são dimensões indissociáveis, pois o trabalho está interligado com a educação e com a produção territorial como meio da própria existência humana. Estamos considerando aqui educação e trabalho como dimensões do processo de humanização dos sujeitos, que se contrapõem à concepção burguesa que favorece e leva à alienação dos trabalhadores em favor do capital.

Nessa linha, Saviani (2005) entende a educação como trabalho não material, de produção do conhecimento, de valores, ideias e da consciência a partir da realidade concreta, indissociável e condicionante do trabalho material, bens materiais necessários à sobrevivência. Pautadas nessa concepção, acreditamos que educação, trabalho e territórios constituem uma tríade indissolúvel.

Considerando essa prerrogativa, a Educação do Campo na UFRB, está para além dos processos de escolarização que conduzem à transformação e à emancipação humana através da elevação do pensamento teórico da classe trabalhadora e do campo, marcada por um conjunto de opressões, pois se encontra ancorada em estratégias de enfrentamento dos trabalhadores no campo e na cidade à sociedade capitalista, ou seja, a Educação do Campo na UFRB é um projeto de “educação para além do capital” (Mézaros, 2008).

Nesse viés, os cursos da LEdoC da UFRB representam a materialização de Políticas Afirmativas à população do campo baiano cuja raça, etnia e o modo de vida os demarcam enquanto povos do campo:

Os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, as caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010).

Não é possível pensarmos a Educação do Campo sem refletirmos de maneira teórica-política-ideológica acerca de que campo queremos. A UFRB, em um movimento dialógico, acolheu e fortaleceu a Educação do Campo, assim como os povos desse território lutaram e receberam a universidade,

estreitando ainda mais essas relações por meio de ações do Ensino, da Pesquisa, da Extensão e das Ações Afirmativas.

As autoras Lima, Borghi e Mendes (2020) acentuam que a matriz formativa da LEdoC se diferencia de outras matrizes curriculares, pois possui dimensões política, histórica, humana e cultural inerentes ao campesinato. A materialização dessa matriz perpassa por articular as práticas educativas desenvolvidas na escola e na universidade e as práticas educativas desenvolvidas nas comunidades pelos sujeitos do campo e por seus coletivos, por meio do processo formativo que traz em sua gênese a Pedagogia da Alternância que assume papel central na formação dos sujeitos sociais do campo.

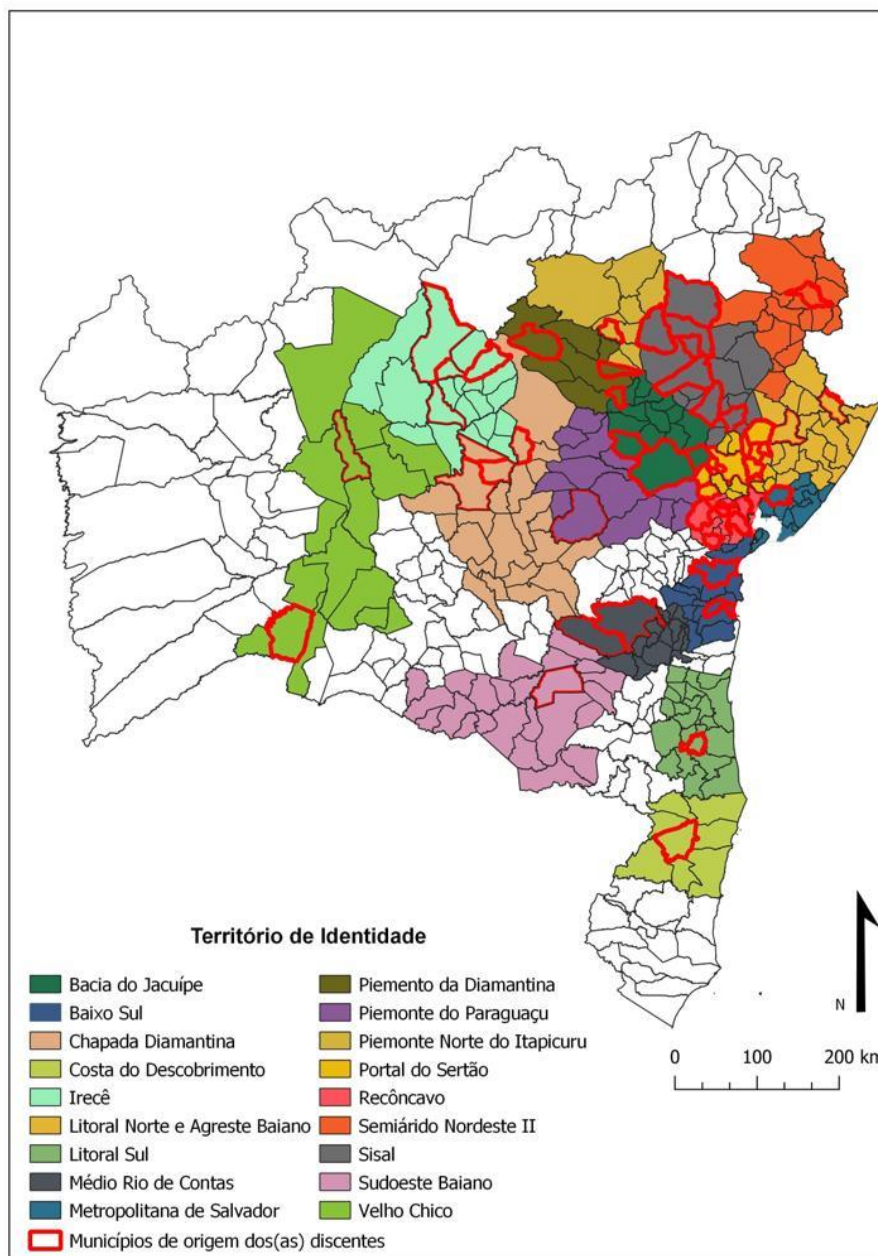
A Pedagogia da Alternância aponta para uma Educação que incorpora os princípios da educação popular e agrega outros elementos que potencializam o poder transformador da Educação, isso porque essa Pedagogia permite ação dialógica entre os diferentes sujeitos históricos, com vistas a descortinar o mundo no qual estão inseridos, explorando suas potencialidades e contradições. Para Gimonet (2007), a Pedagogia da Alternância articula saberes que envolvem espaços e tempos formativos, teoria e prática e a epistemologia da práxis: ação-reflexão-ação. A peculiaridade dessa Pedagogia vai além de alternar espaços geográficos e tempos formativos, uma vez que ela propicia o diálogo entre os estudantes e seus territórios.

A Pedagogia da Alternância é uma escola da experiência (Pineau, 1999) que se concretiza por meio de práticas educativas contextualizadas e plurais, quando as experiências vividas pelos sujeitos e a cultura destes são a base para a construção de saberes e atitudes críticas e criativas. A alternância possibilita aos estudantes vivenciarem dois tempos formativos: um tempo pedagógico na universidade e outro na comunidade, que proporciona continuar seus estudos em seus territórios e articular com as aprendizagens do trabalho no seu contexto.

Nessa dinâmica, a alternância dos tempos formativos estabelece articulações com o trabalho e com as dimensões sociais e culturais da vida destes estudantes. A perspectiva da alternância dentro da LEdoC e da UFRB permitiu a territorialização de um movimento, de uma luta, de um projeto pedagógico e de sociedade que configuram a Educação do Campo como

podemos observar no mapa abaixo (Figura 1) a dimensão que a LEdoC tomou o Estado na Bahia, se considerarmos todos os ingressantes (formados, evadidos e ativos) desde a primeira turma no ano de 2013.

Figura 1 - Município de origem dos discentes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Área Ciências da Natureza e Matemática (2013-2023).



Fonte: Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo Ciências da Natureza e Matemática. Elaboração: LIECTT (2023).

Essa capilaridade do curso só foi possível por conta do envolvimento e da contribuição dos movimentos sociais e sindicais do campo que atuam nos Territórios de Identidade e nos municípios que os compõem que, desde a proposição até a implantação da LEdoC na UFRB, tiveram atuação *sine*

qua non para tornar a Educação do Campo essa grande Política Pública de acesso ao Ensino Superior e Ação Afirmativa de reparação histórica aos povos negro e camponês que é quem ocupa maior parte do território baiano.

Fernandes e Molina (2004) pontuam que o campo da Educação do Campo é analisado a partir do conceito de território, que é definido como espaço político por excelência, campo de ação e de poder onde se estabelecem as relações sociais. Ainda para estes autores, o conceito de território é importante para compreender os conflitos entre a agricultura familiar e camponesa e o agronegócio, já que ambos idealizam distintos territórios. Dessa forma, acreditamos que a Educação do Campo se apresenta como um movimento provocador para pensar o campo brasileiro, constituindo-se como um território político, ideológico e pedagógico, diferente daquele defendido pela classe hegemônica, pois esse é território habitado com distintas relações sociais e culturais entre cor, raça, gênero e etnia e prima pela sociobiodiversidade.

Defendemos aqui que a Educação para o campo e a alternância fortalecem da identidade territorial da Bahia. Os territórios são espaços importantes para os sujeitos que vivem no campo e para as suas comunidades, pois são carregados de símbolos e identidades, e, na Educação do Campo, podemos notar a força e a importância dessas relações. Esse pensamento também está atrelado à proposta de formação das LEdoC na UFRB, que foi de inserir os sujeitos do campo em um contexto de educação que possibilitasse o acesso dos povos do campo ao Ensino Superior Público e que este acolhesse suas singularidades.

A luta por Educação do e no Campo se traduz como Ações Afirmativas constituídas a partir da luta de movimentos sociais por reparação histórica dos povos que a constrói a suor e sangue esse país e que acreditam que a luta pela terra não se dissocia da justiça racial e do princípio educativo do trabalho e da reprodução da vida e, portanto, do desenvolvimento e da permanência no campo, por meio da territorialização das famílias camponesas e das Políticas Públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto não tinha a intenção de responder questionamentos, mas, a partir de nossas experiências e vivências enquanto docentes do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFRB praticamente desde a sua implantação, convidar os leitores a refletirem acerca desse curso inserido no projeto da Universidade Federal do Recôncavo enquanto parte da política de Ações Afirmativas, a partir de suas concepções, princípios, materialidade de origem e territorialidade.

Ter podido contribuir com a institucionalização da LEdoC nos permitiu construir, juntos dos sujeitos do campo, caminhos que têm sido trilhados no bojo das lutas por um projeto de campo e de Educação que humanize os povos e não os destitua de suas identidades camponesas. Uma universidade com a história de criação da UFRB acaba favorecendo novos projetos pedagógicos, que encontram ambiência para resistir ao sistema hegemônico e ao modo capitalista de produzir a Educação, como é o caso da Pedagogia da Alternância praticada na Educação do Campo.

A alternância junto às pedagogias do movimento, freiriana e socialista materializa um projeto de EDUCAÇÃO que nasce da luta dos povos do campo por reforma agrária, mas tem uma dimensão transformadora muito maior do que se pode sistematizar em um currículo e, portanto, consideramos compor junto do projeto da UFRB uma grande política de Ação Afirmativa com a capacidade de reparação histórica para os(as) camponeses(as) que, além de compor a classe trabalhadora do campo, são em sua maioria racializados e oprimidos.

Mesmo na defesa desses projetos de educação e da revolução que eles promovem em todo território baiano, que careceu por séculos de Políticas Públicas de diversas ordens, entendemos que eles são projetos inacabados e em constante transformação. Os cortes orçamentários vivenciados pelas universidades públicas a partir de 2016 têm ameaçado a continuidade das ações, só o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) está desde 2015 sem aumento, ou seja, mesmo aumentando o número de estudantes não houve reajuste no valor do Programa, o que fragiliza as políticas de permanência estudantil.

Outro desafio é a garantia de que a educação para as relações étnico raciais na Educação do Campo, e em toda a UFRB, seja garantida nos currículos e nas práticas docentes e institucionais, bem como a

materialização de todas as políticas de Ações Afirmativas que precisam ser implantadas e acessadas pelos sujeitos de direito das políticas.

Portanto, apesar de comemorarmos os 18 anos da UFRB, e os dez da Licenciatura em Educação do Campo, enquanto políticas expressivas de transformação social e desenvolvimento territorial no âmbito das Ações Afirmativas compreendemos que ainda há um longo caminho de defesa, vigilância, qualificação e controle social das Políticas Públicas conquistadas até aqui.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão. *Caderno do IV Seminário da Licenciatura em Educação do Campo*, 2014.
- BULHOSA, S. L. SILVA, M. G, DIÓRIO, A. P. I. Educação do Campo e o ensino remoto: quais processos formativos cabem numa tela? *Revista Binacional Brasil Argentina* Vol. 10, num. 2, dez/2021, p. 185-199.
- CALDART, R. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. *Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-74, mar./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v7n1/03.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2023.
- CONCEIÇÃO, J. C. A UFRB e as conexões entre a África e o Recôncavo da Bahia. In: SANTIAGO, A. R. A; BARROS, R. C. S; SILVA, R. S. *As Políticas Afirmativas na UFRB: percursos, dobras e pontes*. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2023.
- DIÓRIO, A. P. I, VELLOSO, T. R. A Educação do Campo e a Área das Ciências da Natureza: experiências e desafios no Ensino de Ciências e Biologia. *Anais do VII EREBIO RJ/ES - VII Encontro Regional de Ensino de Biologia RJ/ES: tecendo laços docentes entre Ciência e culturas -- 1. ed. --* Niterói, Rio de Janeiro: MGSC Editora, 2015.
- FERNANDES, B. M. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, M. G; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 133-145.
- FERNANDES, B. M. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. C. *Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: MDA, 2006.

FERNANDES, B. M., MOLINA, M. C. O campo da educação do campo. Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. *Por Uma Educação do Campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional. 2004.

FONAPRACE. Observatório do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis – V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES – 2018. Disponível em <<http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES>2018.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2023.

GIMONET, J. *Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs*. Tradução de Thierry de Burghgrave. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. (Coleção Aidefa – Alternativas Internacionais em Desenvolvimento, Educação, Família e Alternância).

LIMA, A.; BORGHI, I.; MENDES, M. O diálogo como princípio formativo na licenciatura em Educação do Campo da UFRB. *Anais do XXV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste (EPEN)*. Salvador, Bahia: 2020.

NOGERA, R. Denegrindo a educação: um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*. Número 18: maio-out/2012, p. 62-73.

PINEAU, G. Alternância e desenvolvimento pessoal: a escola da experiência. In: *Anais do 1º Seminário Internacional, Alternância e Desenvolvimento em Salvador* (pp. 56-63). Brasília: DF. 1999.

PISTRAK, M. M. *Fundamentos da escola do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia historicocrítica: primeiras aproximações*. 9 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

TAVARES, L. H. D. *Independência do Brasil da Bahia*. Edufba: Salvador, 2023.

TRINDADE, L.B. Ações afirmativas e relações de permanência no CFP/UFRB. In: SANTIAGO, A. R. A; BARROS, R. C. S; SILVA, R. S. *As Políticas Afirmativas na UFRB: percursos, dobras e pontes*. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2023.

UFRB. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2030. Cruz das Almas. 2018. Disponível em: file:///C:/Users/1652588/Downloads/pdi_2019-2030.pdf. Acesso em: 2 out. 2023.